

Espanhol para professor é criticado

Contribuição de Editor

Espanhol para professor é criticado

Profissionais da USP, Unesp e Unicamp atacam curso oferecido pelo Instituto Cervantes e pelo governo do Estado

Professores das universidades públicas de São Paulo condenam em manifesto conjunto o programa do governo do Estado para formação de professores em espanhol, lançado neste mês. Eles alegam que o curso, que será pago pelo Grupo Santander e oferecido pelo Instituto Cervantes, tem currículo precário e não leva em conta as pesquisas feitas pelas maiores universidades do País. O projeto prevê ensino totalmente a distância. Os professores pretendem entrar na Justiça para impedir o início do curso, em outubro.

A secretária de Educação, Maria Lúcia Vasconcelos, disse ao Estado que vai retomar a discussão com o Santander para deixar clara a intenção do programa. Segundo ela, o objetivo é apenas ensinar a língua aos professores e não habilitá-los para dar aulas de espanhol. Apesar disso, o próprio site da secretaria estadual e o material de divulgação do banco e do site Universia, que operacionaliza o projeto, diziam que os profissionais seriam formados para ensino da língua. Professores que participaram de discussões sobre o projeto também dizem que foram informados de que era esse o objetivo.

O projeto prevê a capacitação inicial de 2 mil professores e um total de 45 mil nos próximos anos. Quem já leciona no ensino médio da rede estadual - em matemática, educação física ou qualquer outra disciplina - pode se inscrever no programa que foi chamado de Oye!. 'Mais uma vez a escola pública vai ficar com o piores professores e os bem formados vão para a rede particular', diz a professora do departamento de letras modernas da Universidade de São Paulo (USP) e responsável pelas orientações curriculares nacionais de espanhol, Neide Gonzalez.

Os professores sustentam que o currículo, que tem 600 horas/aula, abrange apenas o ensino da língua. A legislação nacional exige carga horária mínima de 2.800 horas/aula para formação de professores. 'É preciso ter conteúdos metodológicos, literatura e cultura espanhola', afirma a coordenadora da área de espanhol da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Ana Mariza Benedetti. Ontem, a congregação do Instituto de Estudos de Linguagens, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), aprovou um parecer que diz que o 'embasamento científico da proposta' é nulo.

O site da Secretaria Estadual de Educação menciona como justificativa para o programa a Lei nº 11.161, aprovada em 2005, que exige o oferecimento de aulas de espanhol nas escolas de ensino médio do País até 2010. O texto do governo diz: 'essa obrigatoriedade do ensino exigirá esforço concentrado na formação de docentes'. A secretária disse ontem que mandou tirar o site do ar.

O programa foi lançado pelo governador Claudio Lembo no dia 6 e teve a participação do presidente do grupo Santander, Emilio Botín. A divulgação feita à imprensa pelo banco e pelo portal Universia dizia que o programa capacitaria 45 mil professores para o ensino da língua espanhola na rede pública de São Paulo. Agências internacionais retransmitiram a notícia. A Assessoria de Imprensa do Universia não localizou nenhum responsável para comentar o assunto.

Apesar da indignação dos profissionais, os reitores da USP, Unesp e Unicamp participaram do lançamento do projeto. E também foi divulgado que professores das universidades fariam o monitoramento do programa. O Cervantes não é uma instituição de ensino superior. As reitorias declararam ao Estado que ainda não assinaram o convênio. 'Não vamos participar se o projeto continuar como está. Temos anos de pesquisa, pagas com o dinheiro público, que estão sendo desconsideradas', diz a coordenadora da pós-graduação da Unicamp, Silvana Mabel Serrani. Os professores se dizem dispostos a elaborar outro programa.

O curso do governo foi ainda repudiado pela Associação dos Professores de Espanhol do Estado de São Paulo e pela Associação Brasileira dos Hispanistas, que encaminhou documento ao Ministério da Educação sobre o assunto. As inscrições para o curso terminam hoje no site da secretaria. O País tem 23.561 escolas de ensino médio. Não há estimativa de professores formados na área.

Fonte: O Estado de S.Paulo